

EM BUSCA DE SAÍDAS PARA SEGURANÇA



Conrad/Viegas



ClaudioVesado

Renan (E) ouve sugestão de Cabral em favor da autonomia para as unidades federativas. Na Comissão de Justiça, senadores discutem a proposta de Demostenes (3º à dir.) para a punição do menor infrator

Comissão estuda mais autonomia para estado reprimir criminalidade

Redução da maioria penal gera debate e terá decisão no dia 28

Prevenção é mais eficaz no combate ao crime, diz frente parlamentar

Páginas 4 e 5



Isac Cruz

Ao lado de Rosalba Ciarlini (E), Patricia Saboya preside a reunião da Comissão de Assuntos Sociais

Comissão aprova projeto que torna obrigatório desconto sindical

Foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais projeto de Paulo Paim que obriga as empresas a descontar em folha a con-

tribuição assistencial destinada às entidades sindicais. “Estamos regulamentando um direito que já existe”, disse Paim. **Página 8**

Acordo na Comissão de Justiça garante marco regulatório para agências

Página 7

O que fazer com o lucro bilionário da Petrobras? Senadores dão sugestão

Página 6

Lúcia Vânia afirma que “há entre os governadores um sentimento de quase abandono da região”



Impresso Especial

5362005/DR/BSS
SENADO FEDERAL

--- CORREIOS ---

Marc Kalme



Bancada cobra recursos do PAC para o Centro-Oeste

Os senadores do Centro-Oeste defendem mudanças no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para beneficiar os estados que representam. Entre as reivindicações, investimentos em infraestrutura que facilitem o escoamento da produção. **Página 3**

Comissão de Agricultura apóia emenda para que parlamentares participem da elaboração de índices de produtividade das propriedades rurais

Congresso poderá ajudar a definir critério para reforma agrária

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) adiou a votação do projeto de lei de Lúcia Vânia (PSDB-GO) que propõe mudanças nos parâmetros, índices e indicadores de produtividade das propriedades rurais.

O relator, Osmar Dias (PDT-PR), solicitou o adiamento para que possa incluir no seu relatório proposta de emenda da senadora Kátia Abreu (PFL-TO) que permite ao Congresso participar da definição desses índices de produtividade, usados para estabelecer quais propriedades estão disponíveis para a reforma agrária.

Esses parâmetros são definidos, de acordo com a lei, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse ter sido informado pelo Ministério da Agricultura que a Presidência da República vai editar normas para



Osmar Dias (D) solicita adiamento da votação de seu relatório para incluir emenda

aferição da produtividade agrícola e pecuária. Osmar Dias afirmou que os novos critérios criarão muitos problemas para os proprietários e empresários rurais.

O relatório sobre a proposição (PLS 202/05) deve ser votado na próxima reunião da CRA.

O vice-presidente da comissão, Expedito Júnior (PR-RO), apoiou a decisão e propôs audiência com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, para prestar informações sobre os conflitos agrários em Rondônia e sobre o Pronaf.

Kátia Abreu promete defender agronegócio e saúde da mulher

Estreando na tribuna, a senadora Kátia Abreu (PFL-TO) disse que traz para o Senado, como suas principais bandeiras políticas, a defesa do agronegócio, da saúde da mulher e do voluntariado. Deputada federal por dois mandatos, Kátia Abreu é a primeira senadora do Tocantins e assume como obsessão o combate ao câncer de mama.

– Dez mil mulheres morrem anualmente no Brasil vítimas da doença e outras 49 mil adoecem todos os anos. Essa situação lamentável e vergonhosa é consequência do fato de que apenas 9% dos municípios brasileiros possuem mamógrafo – assinalou.

Kátia disse que há 13 anos defende o agronegócio, por ser um caminho sólido para o fortalecimento do país. Ela lembrou que a agropecuária representa hoje 36% das exportações brasileiras, 38% dos empregos e 28% do produto interno bruto (PIB).

– O agronegócio não precisa de afagos, ele precisa, sim, ser respeitado pelo governo e tratado à altura dos indicadores econômicos que produz. Quem não



Rosswell/Instituto

Voluntariado também é uma das bandeiras de Kátia no Senado

atrapalha já ajuda – afirmou.

A senadora pretende mostrar os gargalos provocados pela falta de infra-estrutura e de planejamento logístico para o transporte de cargas, que reduzem a competitividade do agronegócio brasileiro.

– As empresas pagam, no período das safras, mais de US\$ 1 bilhão por ano apenas em multas por atrasos nos embarques de mercadorias nos portos. A insegurança jurídica cultivada pelo governo federal, que não cumpre e nem faz cumprir a lei e os contratos, constitui outro problema que precisa ser combatido por nós no Senado – frisou.

Ministro da Agricultura deve explicar política sanitária

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luís Carlos Guedes Pinto, será convidado para discutir com a CRA a política sanitária nacional no setor de produção de animais.

Requerimento nesse sentido, de autoria de Osmar Dias, foi aprovado ontem pela comissão. O ministro deverá prestar esclarecimentos também sobre o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, de acordo com o requerimento.

Kátia Abreu propôs questionar

o ministro sobre a possibilidade de haver lobby das empresas multinacionais produtoras de defensivos agrícolas no ministério.

– Gostaria muito que ele desse explicações a respeito da prova para fiscais sanitários do órgão, que apresentou texto do presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Luiz Cesar Auvray Guedes, e sobre esse cartel instituído no segundo escalão do ministério contra o agronegócio brasileiro – declarou

a senadora.

A comissão aprovou ainda relatório de Jonas Pinheiro sobre parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito do descumprimento da norma constitucional que determina a aplicação, na região Centro-Oeste, de pelo menos um quinto dos recursos destinados à irrigação na Lei Orçamentária Anual.

– Ficou caracterizada a situação em que somente 3% eram aplicados no Centro-Oeste – disse.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pessoa com deficiência em foco na CDH

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) reúne-se, às 9h, para analisar pauta de 11 itens. Entre eles, proposta que inclui pessoas que cuidam de deficientes ou incapacitados no programa Bolsa Família. Ainda será analisado o projeto de lei que obriga a emissão de faturas dos serviços públicos em braile.

Sessão no Plenário começa às 14h

A sessão deliberativa tem início às 14h. O primeiro item da ordem do dia é a proposta de emenda à Constituição que autoriza a utilização dos recursos do Pasep pelos próprios estados e municípios.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Alvaro Dias, Efraim Morais, Magno Malta, Flexa Ribeiro, Romeu Tuma, Marco Maciel e Gilvam Borges

Adiado debate com Dilma em comissões do Senado

A audiência pública com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que aconteceria hoje para discutir o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foi adiada para o dia 7 de março, às 10h. Estará presente também o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, em audiência conjunta entre a Comissão de

Assuntos Econômicos (CAE) e a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a ser realizada no plenário da última.

Para o presidente da CI, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), a presença da ministra é fundamental para que os senadores conheçam os desdobramentos e os entraves do programa.



Azeredo se solidariza com Beto Richa em função de declarações de governador

Azeredo: verbas para o metrô de Belo Horizonte são insuficientes

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que é muito pouco o montante de recursos do PAC destinados às obras do metrô de Belo Horizonte – R\$ 186 milhões, de um total de R\$ 3,127 bilhões a serem distribuídos pelos metrôs de outras capitais que estão sob administração federal. Belo Horizonte ficou com o me-

nor montante de recursos.

O senador ainda manifestou solidariedade ao prefeito de Curitiba, Beto Richa, e a sua família, diante de agressões do governador do Paraná, Roberto Requião, à memória do ex-governador e ex-senador José Richa. Azeredo divulgou carta com a resposta de Beto Richa.

Inácio Arruda defende crescimento econômico descentralizado

Em seu primeiro discurso no Plenário, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse ontem que pretende defender o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Além disso, destacou, o crescimento econômico deve ser descentralizado, para que as regiões Norte e Nordeste também se desenvolvam.

Inácio Arruda comemorou sua posse lembrando que ele é o primeiro senador eleito pelo Partido Comunista do Brasil desde que Luís Carlos Prestes foi senador durante a Constituinte de 1946. Ele agradeceu os quase 2 milhões de votos que recebeu dos cearenses e registrou que o PCdoB teve 7,5% de todos os votos do país para o Senado.

O senador frisou que a legenda apoiou todas as candidaturas presidenciais de Lula desde 1989



Inácio Arruda pede apoio para um projeto de desenvolvimento mais bem distribuído

e celebrou que a “liderança metalúrgica” tenha se transformado em uma “liderança nacional, do povo brasileiro, da América do Sul e, hoje, uma liderança do mundo”. Ele conclamou seus pares a conjugarem esforços por um projeto de desenvolvimento nacional mais articulado, planejado e mais bem distribuído.

Almeida Lima critica plebiscito sem autorização do Congresso

O senador Almeida Lima (PSDB-SE) criticou ontem proposta do Partido dos Trabalhadores, discutida em congresso nacional realizado na Bahia, que defende o direito de o presidente da República convocar consultas populares e plebiscitos sem autorização do Congresso Nacional.

Conclamando a sociedade a reagir contra o que considerou como uma investida do governo federal contra o livre exercício do Poder Legislativo, Almeida Lima alertou para a existência de uma suposta campanha dos governistas para desmoralização das instituições democráticas.

Ele rechaçou também a idéia, defendida por alguns parlamentares petistas, de se conceder anistia ao ex-ministro José Dirceu. Na opinião de Almeida Lima, a concessão de anistia a José Dirceu não seria possível pelo fato de o



Almeida Lima conclama sociedade brasileira a reagir a proposta do PT

ex-ministro não haver cometido simplesmente crimes políticos, mas praticado corrupção e delitos contra a administração pública.

– Depois que se conceder anistia a José Dirceu, o que fazer com Nicolau dos Santos Neto, o “juiz Lalau”, Marcos Willians Herbas Camacho, o “Marcola”, entre outros líderes, também, de organizações criminosas?

“Há entre os governadores um sentimento de quase abandono da região”, afirma Lúcia Vânia ao apresentar carta-compromisso de parlamentares

Senadores do Centro-Oeste cobram mais recursos do PAC

Os senadores da região Centro-Oeste apresentaram ontem uma carta-compromisso na qual defendem alterações no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para beneficiar os estados que representam.

– Há entre os governadores do Centro-Oeste um sentimento de quase abandono da região – declarou a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), ao se referir ao PAC.

Entre as reivindicações apresentadas na carta-compromisso estão a realização de investimentos no agronegócio do Centro-Oeste; a destinação de 20% das receitas da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) aos estados e de 10% aos municípios, para aplicação em saúde

pública; o aumento da participação do estados na cota de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), de 29% para 46%; e a criação da Desvinculação de Recursos Estaduais (DRE), no mesmo percentual da Desvinculação de Recursos da União (DRU).

Lúcia Vânia destacou ainda, em entrevista à imprensa, que o grupo pleiteia investimentos em infra-estrutura, como ferrovias e rodovias, que facilitem o escoamento da produção local.

A senadora também anunciou que os senadores do Centro-Oeste devem se reunir para discutir o PAC e, a partir daí, elaborar uma estratégia de ação. O encontro está previsto para o dia 28 de fevereiro, a partir das 10h, na

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Arrecadação

Ao defender mais investimentos do governo federal na região, o senador Valter Pereira (PMDB-MS) declarou que o Centro-Oeste foi responsável por uma arrecadação federal de mais de R\$ 120 bilhões nos últimos quatro anos e, por isso, “não pode ficar de fora do PAC”. Já Lúcia Vânia ressaltou a importância da região para o comércio exterior do país.

Valter Pereira enfatizou que boa parte dos investimentos previstos no PAC será proveniente da Petrobras. Assim, argumentou ele, a escassez de recursos para o Centro-Oeste seria resultado do fato de a região não ser petrolífera.

Fátima Cleide diz que programa é a segunda etapa do governo Lula

A importância da aprovação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a retomada dos investimentos governamentais no país foi ressaltada ontem por Fátima Cleide (PT-RO). De acordo com a senadora, os primeiros quatro anos de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva trataram de sanear a economia, “que apresentou sucessivos resultados positivos”. O programa, agora, seria uma segunda etapa do governo, avaliou.

– O PAC não é um plano desesperado para um país à beira do abismo. Sua base é o aumento do investimento em infra-estrutura, prevendo uma média anual de R\$

128 bilhões, entre 2007 e 2010, até alcançar R\$ 503,9 bilhões.

Ela lembrou que a meta do programa enviado ao Congresso é pular do atual patamar de crescimento de 2,5% ao ano para 4,5% em 2007 e 5% ao ano de 2008 a 2010. Destacou ainda que o PAC inclui mais de cem projetos de investimentos prioritários em rodovias, hidrovias, ferrovias, portos, aeroportos, saneamento e recursos hídricos.

– A BR-319, em Rondônia, rodovia que liga meu estado ao vizinho Amazonas, é uma das obras previstas. Devo dizer que se trata de uma antiga reivindicação da bancada parlamentar e da po-



Fátima Cleide: o PAC tem como base os investimentos em infra-estrutura

pulação rondoniense – frisou.

Fátima Cleide ainda homenageou a ministra do Meio Ambiente, a senadora licenciada Marina Silva, que recebeu da Organização das Nações Unidas (ONU) o prêmio Campeões da Terra, por sua luta em favor do desenvolvimento sustentável e da preservação do meio ambiente.

Parecer de Demostenes Torres, que prevê redução da maioria penal para 16 anos, provoca debates acalorados durante reunião na CCJ

Comissão de Justiça decide dia 28 sobre limite de idade penal

As seis propostas de emenda à Constituição (PEC) que prevêem a redução da maioria penal que tramitam na Comissão de Justiça (CCJ) devem ser votadas no dia 28. Ontem, o presidente do colegiado, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), concedeu vista coletiva da matéria. O relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), defende pena de prisão para o jovem acima de 16 anos que cometer crimes hediondos. Nos delitos menores, como furtos e brigas, a aplicação de medida socioeducativa seria determinada pelo juiz, que poderia conceder o benefício da liberdade assistida com a participação dos pais do adolescente.

Durante a discussão da matéria, Aloizio Mercadante (PT-SP) propôs a extensão do prazo atual

de três anos como período máximo de internação a que estão sujeitos os jovens infratores, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Já Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que pretende apresentar proposta prevendo que a legislação poderá, excepcionalmente, desconsiderar o limite de imputabilidade.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) sugeriu que seja desarquivada proposta de sua autoria que tipifica como crime hediondo o aliciamento de crianças, por adultos, na prática de atividades criminosas (PLS 345/99).

Por sua vez, Pedro Simon (PMDB-RS) propôs que seja instalada uma subcomissão de segurança na CCJ, destinada a avaliar propostas para aprimorar a legislação em vigor no país.

Magno Malta



Roosevelt Pinheiro

Jovem deve pagar à sociedade pelo crime que cometeu

Mesmo posicionando-se a favor da redução da maioria penal, Magno Malta (PR-ES) opinou que o mais razoável seria aprovar uma legislação estabelecendo que qualquer jovem que cometer crime de natureza hedionda, independentemente da idade, perderá o direito à menoridade.

– Mas temos que colocá-lo em um instituto onde ele possa estudar e se profissionalizar, além de receber a visita dos pais nos fins de semana. No entanto, o jovem tem que pagar pelo crime que cometeu contra a sociedade – afirmou.

Arthur Virgílio



Roosevelt Pinheiro

Subcomissão de segurança deve ser restabelecida

Ao manifestar seu apoio ao substitutivo de Demostenes Torres (PFL-GO) que propõe reduzir a maioria penal para 16 anos de idade, Arthur Virgílio (PDSB-AM) sugeriu o restabelecimento da Subcomissão de Segurança Pública, que funcionou temporariamente na CCJ.

Na avaliação de Arthur Virgílio, o sistema de segurança pública deveria ser liderado pelo presidente da República, com os governadores administrando o dia-a-dia das operações, apoiados pelos prefeitos. Ele também falou da importância de o Judiciário recuperar sua credibilidade.

Frente parlamentar questiona eficiência de medidas punitivas

A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente é contra a proposta de redução da maioria penal, fixada atualmente em 18 anos pela Constituição. Na primeira reunião da frente nesta legislatura, realizada ontem, os parlamentares ressaltaram a necessidade de estratégias para o combate da violência causada por jovens.

Para a coordenadora da frente parlamentar no Senado, Patrícia Saboya (PSB-CE), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê medidas eficientes de combate à violência juvenil, mas é preciso que ele seja colocado em prática pelas autoridades. Apesar de não aceitar a tese de redução da maioria penal, Patrícia acredita ser viável mudança na legislação visando o aumento da punição para jovens que participam de crimes hediondos, desde

que aliado a propostas preventivas e não repressivas.

– Temos que encontrar meios para mostrar à população que políticas de prevenção ainda são muito mais eficazes e baratas que medidas repressivas – afirmou.

Os senadores Cícero Lucena (PSDB-PB) e Rosalba Ciarlini (PFL-RN) concordam com a tese de que a solução para a violência praticada por adolescentes não está no aumento do rigor das medidas repressivas.

Para Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o correto seria dobrar a pena imposta a menores infratores, hoje fixada em três anos de reclusão em instituições de recuperação. Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse ser necessário “entrar na raiz do problema para resolvê-lo”.

Também participou do encontro a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS).

Paulo Paim



Gerakly Viegas

Desigualdade social é a principal causa da violência no país

Em pronunciamento no Plenário, Paulo Paim (PT-RS) considerou a desigualdade social como o principal fator gerador da violência urbana no país.

– As relações econômicas e sociais em nosso país são profundamente desiguais. Precisamos de políticas públicas que promovam uma maior igualdade social – ressaltou.

Paim defendeu também a necessidade de maiores investimentos em educação, sobretudo em escolas profissionalizantes, para que os jovens brasileiros tenham a possibilidade de um futuro melhor.

Marco Maciel



Gerakly Viegas

Cumprimento de penas precisa ser acompanhado

Marco Maciel (PFL-PE) registrou que a ministra Ellen Gracie, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ao discursar na abertura da 53ª Legislatura, alertou para a questão do acompanhamento das penas de prisão nas penitenciárias do país.

Segundo Maciel, Ellen Gracie observou que o sistema prisional brasileiro está piorando devido à permanência de presos mesmo após o cumprimento das penas.

Para o senador, também é preciso acompanhar o direcionamento de ex-encarcerados a empregos formais de reinserção e recuperação.



Relator na CCJ, Demostenes (D) analisou seis propostas de emenda à Constituição

Demostenes defende maioria aos 16 anos para crime hediondo

O parecer de Demostenes Torres (PFL-GO), relator das proposições que prevêem a redução da maioria penal, abrange a análise de seis PECs que estabelecem diferentes limites de idade para o menor tornar-se imputável criminalmente. O senador optou pelo limite de 16 anos.

As propostas analisadas foram as PECs 18/99, de Romero Jucá (PMDB-RR); 20/99 e 3/01, do então senador José Roberto Arruda; 26/02, do então senador Iris Rezende; 90/03, de Magno Malta (PR-ES) e 9/04, do senador Papaléo Paes (PSDB-AP).

Em sua análise, Demostenes defende a aprovação da PEC

20/99, com uma emenda, e a rejeição das demais. A emenda apresentada à matéria determina que ao menor de 18 e maior de 16 anos será imposta uma das medidas socioeducativas previstas em lei, desde que este não esteja incurso em nenhum dos crimes referidos no inciso XLIII do artigo 5º da Constituição.

De acordo com esse dispositivo, a lei considera crimes inafiançáveis a prática da tortura, o tráfico ilícito de drogas, o terrorismo e os definidos pela legislação como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

Governador do Rio leva a Renan sugestão de se adotar no Brasil modelo semelhante ao norte-americano, em que cada unidade federativa tem poder para elaborar legislação penal

Comissão analisa autonomia para estado legislar sobre segurança

Ao sair do encontro com o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o Senado está sensível ao debate sobre a autonomia dos estados para legislar sobre segurança pública e anunciou a criação, na próxima semana, de uma comissão especial para debater o assunto.

– A proposta de autonomia é interessante, tem ressonância no Parlamento. Conversei com o governador Sérgio Cabral e vou criar uma comissão para que a idéia possa ser estudada imediatamente – afirmou.

Questionado sobre a constitucionalidade da proposta, Renan observou que, no debate, surgirão respostas para essa e outras questões. Ele acrescentou também que o Senado, por pressão da sociedade, está discutindo a redução da maioria penal. Reiterou, porém, que a medida não seria



Renan (E) e Sérgio Cabral discutem medidas para redução da criminalidade

suficiente para conter a violência, sendo necessária a reformulação da legislação penal e o endurecimento das penas para quem cometer crimes hediondos.

– Nós vamos ter mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente para resolver o problema da violência – anunciou o presidente do Senado, que se recusou, no entanto, a antecipar qualquer

decisão favorável ou contrária à mudança na maioria penal.

Já o governador Sérgio Cabral assinalou que o Congresso é o “teatro de operações para a importante negociação da mudança da legislação”, por meio da redução da maioria penal.

Cabral comparou a legislação brasileira à norte-americana, onde cada estado tem autonomia legislativa e a crítica social leva a mudanças muito mais rápidas na legislação. Afirmou ainda que “o Congresso brasileiro é constantemente condenado por sua letargia”, na medida em que legisla sobre todo tipo de matéria. Para o governador, o Brasil, de modo semelhante aos Estados Unidos, tem dimensões continentais e deve ter uma legislação de acordo com essa realidade.

– A questão do crime organizado não fala ao coração de um estado do Nordeste ou do Norte da mesma maneira que ao Rio.

Antonio Carlos



Câmara atrasa votação de propostas enviadas pela CCJ

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da Comissão de Justiça (CCJ), cobrou da Câmara agilidade na votação de matérias aprovadas pelo colegiado. Ele lembrou que os deputados ainda não deliberaram sobre projetos enviados àquela Casa no ano passado, diante da crise da segurança pública em São Paulo.

Para o senador, o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), atrasa a deliberação para agradar ao presidente Lula.

– Quanto mais inseguro estiver o brasileiro, mais fácil será para o presidente se perpetuar no poder.

Valadares



Combinação de ações para deter avanço da violência

Em pronunciamento feito ontem, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu medidas objetivando conter o aumento da criminalidade no país. Entre as medidas sugeridas por ele está a implementação de casas de albergados e colônias agrícolas para presos. Aos menores infratores, ele aponta a efetivação do programa de ocupação assistida.

Valadares propõe ainda ações para tornar mais eficaz o Programa de Proteção à Testemunha, além de ampla reestruturação do efetivo policial, com cursos de reciclagem e investimentos em armamentos e viaturas.

Mercadante



Punição mais rígida para adulto que alicia menores

Em meio à discussão da proposta de redução da maioria penal de 18 para 16 anos, Aloizio Mercadante (PT-SP) torce pela aprovação do PLS 118/03, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para aumentar a pena de adultos que aliciem menores para atos criminosos. A proposta de sua autoria será examinada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

– Alguém acredita que vamos recuperar um jovem infrator jogando-o em um presídio superlotado e controlado por organizações criminosas? – indagou.

Brasil não é o responsável por mudança climática, diz Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) chamou de “inquisição moderna” a tendência de responsabilizar as queimadas na Amazônia pelo aquecimento global.

– Hoje, quem faz qualquer tipo de trabalho que contrarie os interesses dos que dominam o mundo é tachado de degradador do meio ambiente, genocida – disse ele.

O senador citou artigo publicado pelo jornal Folha de S. Paulo em novembro de 2006, mostrando que a contribuição do uso da terra (a conversão de florestas para a agricultura, o desmatamento e as queimadas) para a emissão de gases que aumentam o efeito estufa é bem menor que a da queima de combustível fóssil e de algumas atividades industriais.



Mozarildo afirma que países ricos são os verdadeiros vilões do aquecimento global

“Portanto, são os países desenvolvidos os maiores vilões do aquecimento”.

Mozarildo também defendeu a utilização racional dos recursos da floresta pelos caboclos da Amazônia.

Virgílio alerta para efeitos do desmatamento da Amazônia

Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou em Plenário advertências feitas pelo cientista Daniel Nepstad, que há 21 anos estuda a Amazônia. Segundo o cientista, o desmatamento da região está comprometendo a produção agrícola brasileira.

– As chuvas que sustentam a agricultura brasileira nascem na Amazônia. E, quando a floresta arde ou cai, a precipitação em todo o Brasil diminui. Com menos chuva, a plantação sofre e as hidrelétricas produzem menos. Outro apagão pode vir, assim como uma crise na colheita.

Virgílio considera frágeis medidas como a Lei das Florestas, sancionada com três vetos do presidente da República.

– Os vetos são golpes mortais.

Eles suprimiram as emendas propostas aqui no Senado, para submeter ao referendo do Senado a cessão de florestas, objetivo da lei. O projeto só foi aprovado aqui após o compromisso formal da base governista nesta Casa, aceitando as emendas saneadoras. No Planalto, o compromisso político foi ignorado – ressaltou, acrescentando que apresentou um projeto que busca recuperar as emendas vetadas.

Virgílio também falou sobre o presidente da Bolívia, Evo Morales, ter deixado de comparecer à cerimônia agendada para recebê-lo ontem no Congresso brasileiro.

– É uma prova de amadorismo, o mesmo com o qual ele dirige seu país – considerou.

Mão Santa pede mais investimentos em segurança, saúde e educação

Na opinião de Mão Santa (PMDB-PI), o governo federal precisa investir mais em segurança, saúde e educação, “o tripé sobre o qual se sustenta uma sociedade civilizada”.

– O país está vivendo uma situação de barbárie – afirmou.

O parlamentar criticou ainda o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) por não dar, segundo ele, o devido destaque à questão da segurança.

Sobre a educação, Mão Santa voltou a citar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Na semana passada, ele havia citado manchetes de jornais que trata-



Segundo Mão Santa, o Brasil está vivendo uma situação de barbárie

vam do mau desempenho dos alunos nesse exame.

– A situação da educação é uma lástima – disse o parlamentar.

Lucro bilionário da estatal é questionado por César Borges, que critica alto preço dos combustíveis e do gás de cozinha, e leva Cristovam a propor investimento em educação

Cristovam sugere que Petrobras ajude a combater analfabetismo

Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu que a Petrobras destine R\$ 780 milhões por ano – 3% do lucro da empresa registrado no ano passado, de quase R\$ 26 bilhões – para um programa voltado a acabar com o analfabetismo.

A idéia do senador – que ele pretende transformar em projeto de lei – é destinar R\$ 100 para os gastos com o ensino de cada analfabeto, e mais R\$ 100 como prêmio a cada cidadão que concluir o curso. Ele disse acreditar que essa última quantia, além de uma forma de estímulo, serviria como indenização pelo tempo que o cidadão ficou privado de conhecimentos essenciais ao seu bem-estar.

– Precisamos transformar parte do ouro negro [o petróleo] em ouro cinzento [o cérebro] – pregou Cristovam.



Cristovam: plano alfabetizaria 15 milhões de pessoas em quatro anos

Na opinião do senador, o percentual proposto não afetará o equilíbrio econômico-financeiro da Petrobras, “embora existam outras empresas estatais rentáveis que também poderiam contribuir para um programa de vital importância para o Brasil”. O plano de Cristovam alfabetizaria 15 mi-

lhões de pessoas, e teria duração de quatro anos, com módulos de quatro a cinco meses para cada turma.

– É possível e é fácil. Vejam que a proposta não inclui os lucros do Banco do Brasil nem os da Caixa Econômica. Não sei se será preciso mudar a Constituição para alcançarmos esse objetivo, mas, se ela não for mudada, precisará ser rasgada. Não é possível manter uma Constituição que impeça o pleno desenvolvimento do povo por ela regido – afirmou.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu incentivar os brasileiros em condições intelectuais e financeiras a atuarem voluntariamente, e Cristovam Buarque respondeu que “um voluntariado sem coordenação não resolveria o analfabetismo, não iria chegar para todos”.

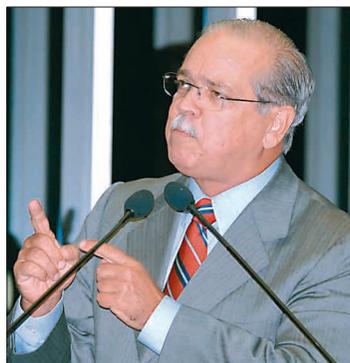
César Borges considera exorbitante lucro obtido por estatal em 2006

O anúncio de que a Petrobras lucrou R\$ 25,9 bilhões no ano passado foi recebido com ressalvas pelo senador César Borges (PFL-BA). Ele considerou que à primeira vista o fato poderia ser digno de comemoração, “mas representa, na verdade, que a empresa retirou esses recursos do bolso do cidadão e dos empresários brasileiros”.

– Esse lucro exorbitante só é registrado porque a exploração de petróleo no Brasil é um monopólio, a Petrobras não tem concorrentes. Meu partido, o PFL, defende o mercado livre. O

monopólio leva a isso: a um lucro de quase R\$ 26 bilhões retirado dos produtores da cidade ou do campo que precisam transportar suas mercadorias, do taxista ou do cidadão que precisa abastecer seu carro e até da dona-de-casa que precisa pagar pelo gás de cozinha – assinalou.

Na avaliação do senador, além de cobrar preços semelhantes aos praticados pelos países desenvolvidos, o governo federal, que é sócio majoritário da Petrobras, utiliza os lucros da empresa para fazer política. César Borges ainda criticou a política econômica do



“A empresa retirou esses recursos do bolso do cidadão”, acusa César Borges

governo Lula, que, na sua opinião, é responsável pelos bancos também estarem anunciando lucros recordes. Ele informou que, entre 2003 e 2005, os bancos brasileiros lucraram em torno de R\$ 44 bilhões.

universidades federais ou nas estaduais, “a grande maioria em cursos com pouca demanda, que não propiciam boas oportunidades no mercado de trabalho”.

Maria do Carmo afirmou que a massificação do ensino foi um processo necessário, mas que causou uma progressiva queda na qualidade, e “isso fez com que a classe média, que tinha poder de pressão sobre o governo, afastasse seus filhos da escola pública”. Por isso, ela sugeriu que os senadores façam, hoje, essa mesma pressão por qualidade no ensino público.



Maria do Carmo sugere que os senadores pressionem o governo

para corrigir tamanho descalabro – disse ela.

A senadora ressaltou que apenas 8% dos alunos das escolas públicas são aprovados nas

Maria do Carmo quer ensino público de qualidade

Ao lembrar os resultados do último Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Maria do Carmo Alves (PFL-SE) criticou o governo federal pela situação das escolas públicas do país.

– A qualidade do ensino dessas instituições já foi bem superior à das escolas privadas. O presidente da República não toma as providências mínimas

Agripino alerta para a crise da indústria têxtil brasileira

O líder do PFL, José Agripino (RN), alertou ontem para as dificuldades enfrentadas pelos setores têxtil e de vestuário da indústria nacional. Conforme o senador, a indústria têxtil gera atualmente mais de 1,6 milhão de empregos, mas está em situação de crise devido, principalmente, à alta carga tributária, aos juros elevados e também à concorrência de produtos chineses. Ele pediu providências do governo federal para auxiliar as mais de 30 mil indústrias têxteis brasileiras.

Na avaliação de Agripino, o baixo preço dos produtos chineses está “quebrando a indústria nacional”. O parlamentar também



Agripino: “Baixo preço dos produtos chineses quebra indústria nacional”

informou que o Brasil é hoje o 7º produtor mundial de têxteis, mas participa de apenas 5% do mercado mundial.

Expedito Júnior pede apoio para projetos de interesse de Rondônia

Expedito Júnior (PR-RO) solicitou a colaboração de seus pares e do governo federal na aprovação de projetos de interesse de Rondônia que estão tramitando no Congresso. Ele pediu apoio especialmente para aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 87/03, da senadora Fátima Cleide (PT-RO), que transfere servidores civis e militares do ex-território de Rondônia para os quadros da União. A proposta já foi aprovada no Senado e está parada na Câmara.

O senador também pediu a aprovação, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do Ofício do Senado 12/03,



PEC sobre transferência de servidores está parada na Câmara, diz Expedito

que solicita a renegociação de dívida do Banco de Rondônia calculada pelo Banco Central durante o processo de liquidação da entidade.

José Nery assume compromisso por país justo, democrático e socialista

Em seu primeiro discurso em Plenário, feito ontem, o senador José Nery (PSOL-PA) – que substituiu a ex-senadora Ana Júlia Carpa, eleita governadora do Pará – apresentou-se como porta-voz da luta por um país mais justo, democrático e socialista. Ele destacou pontos relevantes de seus 30 anos de militância política, iniciada no Ceará, onde nasceu, e mantida após sua mudança para o Pará, em 1985.

José Nery chega ao Senado assumindo o compromisso público de defender os interesses dos mais carentes, o meio ambiente e a soberania nacional. Ele lembrou ter sido eleito primeiro suplente de Ana Júlia pelo PT, em 2002, in-



Único representante do PSOL no Senado, José Nery ocupa a vaga de Ana Júlia

gressando no PSOL em 2005 sob a bandeira da ética, do socialismo e do protagonismo popular. O fato se deu após seu rompimento com o presidente Lula.



Papaléo: investimentos podem alcançar patamares mais elevados

Papaléo defende clareza em marco regulatório

Apesar de apontar estardalhaço em torno do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Papaléo Paes (PSDB-AP) admitiu que os investimentos em infra-estrutura são importantes e merecem debate de alto nível no Congresso. Outra questão fundamental para estimular o desenvolvimento econômico, na sua opinião, é definir um marco regulatório claro e preciso, eliminando riscos de incerteza institucional.

– Ao estabelecer um ambiente regulatório seguro, os investimentos alcançarão patamares proporcionais à pujança do país.

Papaléo lamenta as interferências de ordem política, econômica e regimental nas agências reguladoras.

Informação jurídica em espaço digital favorece usuário

Organizar a informação jurídica digital do Brasil de forma acessível aos usuários e com economia de tempo é uma das principais características do projeto LexML Brasil, conforme explicou o analista de informática legislativa da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen), João Alberto de Oliveira Lima. A apresentação do projeto foi feita ontem, durante o 1º Seminário de Gestão da Informação Jurídica em Espaços Digitais.

O LexML Brasil – desenvolvido desde 2005 pelo Prodasen em parceria com o Programa Interlegis a partir da adequação à realidade brasileira do projeto italiano Norme in Rete (NIR) – já recebeu a adesão da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União (TCU), do Ministério da Justiça e do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

– O objetivo [do projeto] é diminuir as ocorrências [de busca de dados] e retornar apenas uma para poupar o tempo do usuário.

Proposta de Tasso Jereissati que visa dar segurança a investidores retorna ao exame do Plenário do Senado

CCJ aprova normas para agências reguladoras

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem um texto consensual estabelecendo regras e princípios para o funcionamento das 11 agências reguladoras em operação no país, a exemplo da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A proposta de emenda à Constituição (PEC 81/03), de autoria de Tasso Jereissati (PSDB-CE), retorna agora ao exame do Plenário.

A proposta já havia sido aprovada pela CCJ no fim de 2006, mas, em virtude da apresentação de duas emendas de Plenário, retornou semana passada para análise do colegiado, conforme determina o Regimento Interno. O texto final aprovado ontem pela Comissão de Justiça é fruto de uma subemenda apresentada pelo relator, Demostenes Torres

(PFL-GO).

O texto institui o artigo 175-A da Constituição, determinando que as agências reguladoras observarão, em sua composição e funcionamento, princípios como o de proteção do interesse público; defesa da concorrência e do direito do consumidor; autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira; além da universalização, continuidade e qualidade dos serviços, entre outros requisitos.

O texto determina ainda que uma lei complementar regulamentará o funcionamento das agências reguladoras, inclusive quanto ao controle externo delas e à supervisão pelo Poder Executivo.

Na discussão da matéria, Aloizio Mercadante (PT-SP) ressaltou que o marco regulatório dará segurança para investimentos.



Tasso Jereissati (sentado) ouve Aloizio Mercadante na reunião da Comissão de Justiça



Ao lado de Antonio Carlos, Maria Elizabeth Rocha participa de sabatina na CCJ

Acolhida indicação de primeira mulher para ministra do STM

Por unanimidade, a CCJ aprovou a indicação de Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha para o cargo de ministra do Superior Tribunal Militar (STM), na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Antonio Carlos de Nogueira. Com a decisão, que será submetida ainda à apreciação do Plenário, Maria Elizabeth será a primeira mulher a ocupar um assento naquela Corte. A matéria teve parecer favorável da relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Em resposta a Adelmir Santana (PFL-DF), um dos senadores que participaram da sabatina da advogada, Maria Elizabeth disse ser favorável ao envio de forças de paz do Brasil a outros países, a exemplo da que se encontra no Haiti. Ela também se posicionou favorável à Lei do Abate, que trata dos casos em que uma aeronave poderá ser submetida à detenção, à interdição e à apreensão pelas autoridades.

– A evolução dos delitos transnacionais faz com que as fronteiras sejam cada vez menos respeitadas. O Brasil não pode se

transformar em rota de tráfico.

O STM é composto por 15 ministros vitalícios, nomeados pelo presidente da República depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica – todos da ativa e do posto mais elevado da carreira –, além de cinco civis.

A atuação profissional de Maria Elizabeth foi elogiada pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Romero Jucá (PMDB-RR) e Eduardo Suplicy (PT-SP), entre outros presentes à sabatina.

Maria Elizabeth cursou a Faculdade de Direito da Universidade Católica de Minas Gerais e a Especialização em Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Possui extensa lista de trabalhos publicados, e atualmente encontra-se cedida à Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

Cláusula de barreira deve ser votada no dia 28

O restabelecimento da chamada cláusula de barreira, ou cláusula de desempenho, que foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no fim do ano passado, voltou a dominar ontem os debates durante reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A discussão voltou à tona após ser colocada em votação proposta de emenda à Constituição (PEC 2/07), de autoria de Marco Maciel (PFL-PE), retomando aquele dispositivo legal, que, na prática, impõe restrições a partidos que

não alcancem determinado patamar de votos nas eleições para a Câmara dos Deputados.

De acordo com a proposta de Marco Maciel, para fins de funcionamento parlamentar “a lei poderá estabelecer distinções entre os partidos que obtenham um mínimo de 5% de todos os votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, distribuídos em, pelo menos, um terço dos estados, com um mínimo de 2% dos votos de cada um desses estados na mesma eleição, e os partidos que não atinjam esse

patamar”. Se acolhida, essa medida entraria em vigor em 1º de janeiro de 2010.

Para o relator, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), que se mostrou favorável à aprovação da PEC sem qualquer alteração, a proposta “preserva o espaço reservado aos pequenos partidos e remete à lei a tarefa de indicar quais serão as distinções mencionadas no texto constitucional”.

Críticas

O presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse que o colegiado deveria apre-

ciar a proposta de imediato, já que, observou, é matéria relevante dentro da reforma política. Valter Pereira (PMDB-MS) afirmou que o STF “deu uma interpretação errada” ao determinar o fim da cláusula de barreira.

Inácio Arruda (PCdoB-CE), contudo, defendeu uma discussão ampla do assunto com todos os dirigentes de partidos pequenos. Diante do impasse, Antonio Carlos concedeu vista coletiva da matéria e marcou para o próximo dia 28 reunião da CCJ para que a proposta seja votada.

Sindicalistas pedem apoio a Renan Calheiros para alterar proposta, que, afirmam, irá trazer perdas para os beneficiários. Fraudes seriam a razão do rombo na Previdência

Trabalhadores querem mudar projeto sobre auxílio-doença

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu, na manhã de ontem, o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva, diversos outros dirigentes sindicais e mais de 40 trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho ou portadores de doenças profissionais. Eles vieram pedir a Renan apoio para a realização de mudanças no Projeto de Lei do Senado 261/05, que altera as normas sobre fixação de teto para o auxílio-doença.

Paulo Pereira afirmou que hoje o cálculo do auxílio-doença recebido pelo trabalhador acidentado ou acometido de enfermidade é baseado na média dos 80 maiores salários de contribuição concedidos desde 1994. Pelo projeto, de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) e relatado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o valor do benefício não poderá ser superior à média dos 12 últimos salários de contribuição do empregado.

Tanto Paulo Pereira quanto os presidentes da Federação dos Comerciantes, Ricardo Patah, do Sindicato das Costureiras de São Paulo, Eunice Cabral, e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, Eleno José Bezerra, argumentaram que as mudanças objetivadas pelo

projeto prejudicariam os trabalhadores acidentados ou enfermos por propiciar significativas perdas entre o que ganham na atividade e o que passarão a receber como auxílio-doença. Eles alegaram ainda que, mesmo trabalhadores que recolheram durante 20 anos contribuição previdenciária sobre um salário de R\$ 1.000, receberão auxílio-doença de apenas R\$ 642, que é o máximo hoje, seguindo-se a base de cálculo da proposta.

Fraudes

Os representantes dos trabalhadores foram unânimes em argumentar para o presidente do Senado que o governo federal, interessado na aprovação do projeto, deveria dedicar mais esforços em combater as fraudes na concessão do auxílio-doença.

Foram essas ações fraudulentas que, na opinião dos sindicalistas, ampliaram significativamente as despesas da Previdência com o benefício.

Renan Calheiros afirmou aos trabalhadores que eles têm seu apoio para a aprovação de uma mudança que não prejudique os que dependem de auxílio-doença e que, ao mesmo tempo, não desequilibre as contas da Previdência Social. Também sugeriu aos sindicalistas que procurem os líderes partidários para acertar mudanças no projeto.

Para o presidente do Senado, o direito dos trabalhadores que contribuíram sobre um salário bem maior do que a base de cálculo pretendida pelo projeto tem de ser respeitado.



Renan recebe o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira, e metalúrgicos

Jucá defende nova lei para conter gastos do INSS

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), manifestou preocupação com o crescimento exponencial das despesas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com o auxílio-doença concedido aos trabalhadores. Segundo ele, é preciso separar o auxílio-doença real dos artifícios usados para gerar mais renda ao trabalhador.

Como relator do PLS 261/05, que tramita na Comissão de Assuntos Sociais e pretende disciplinar a concessão do benefício, o senador afirmou que é preciso mudar a legislação em vigor para conter gastos que mais que quadruplicaram no período de 2000 a 2004, passando de R\$ 2 bilhões para R\$ 9 bilhões.

Jucá participou da audiência em que o presidente do Senado,



"É preciso separar o auxílio-doença dos artifícios para gerar mais renda", diz Jucá

Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, e outros dirigentes sindicais que vieram protestar contra dispositivos do projeto que limitam teto de concessão para auxílio-doença. As lideranças sindicais argumentaram que algumas mudanças irão

prejudicar o trabalhador.

O líder do governo prometeu estudar, com cautela, as sugestões que lhe serão apresentadas pelo setor sindical logo depois do carnaval para, eventualmente, acrescentá-las ao projeto de lei. Para o senador, o fato de as despesas com o auxílio-doença terem pulado de 3,2% do orçamento do INSS, em 2000, para 7,5%, em 2004, representa um indício claro da existência de fraudes e concessão de benefícios indevidos, uma vez que esse aumento não guarda qualquer relação com o aumento demográfico ou com as condições de saúde do povo brasileiro.

Jucá afirmou que é preciso identificar e fechar as brechas na legislação e no modelo de concessão dos benefícios que dependem de perícia médica.



Autor do projeto, Paim (D) diz que está sendo regulamentado direito já previsto na CLT

CAS aprova obrigatoriedade para desconto sindical

Os senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovaram ontem projeto de lei tornando obrigatório o desconto em folha, pelas empresas, de contribuição assistencial destinada às entidades sindicais. O desconto não poderá ultrapassar o valor de 1% do salário bruto do trabalhador e o percentual de desconto precisa ter sido aprovado em assembleia. A contribuição será compulsória para todos os empregados.

O projeto (PLS 248/06) foi acatado em decisão terminativa e teve como relator ad hoc o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que apresentou parecer favorável à matéria e três emendas de redação.

– Estamos regulamentando um direito que já existe – disse o autor do projeto, senador Paulo Paim (PT-RS).

Paim esclarece que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) já determina o desconto da contribuição assistencial, mas que é comum as empresas não realiza-

rem o repasse dos recursos. Dai, opinou, a necessidade de uma lei tornando obrigatório o pagamento dessa contribuição.

Para o relator, os sindicatos atuam em defesa de toda uma categoria e é justo que tenham fontes de recursos que lhes dêem mais independência em relação às empresas e ao poder público.

A CAS aprovou ainda dois requerimentos determinando a realização de audiências em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O primeiro, de Paulo Paim, pede o comparecimento do ministro da Previdência e Assistência Social para discutir questões relativas ao Fórum Nacional da Previdência e o Papel do Parlamento.

O outro requerimento, da senadora Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE), marca reunião destinada a instruir o projeto que dá incentivos fiscais para empresas que prorrogarem a licença-maternidade (PLS 281/05).

Alvaro Dias divulga proposta de pequenos empresários do Paraná

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) leu em Plenário na sessão de ontem documento da Comissão Especial Empresarial de Acompanhamento Parlamentar que sugere normas para reduzir os entraves ao funcionamento das empresas.

O documento traz uma proposta para a simplificação do processo trabalhista em ações dirigidas contra micro e pequenas empresas. Além disso, sugere a criação de um fundo de amparo ao empresário, isonomia no pagamento em recursos trabalhistas empresariais em segundo grau e penhora de bens on line.

A carta foi enviada ao parlamentar pela Associação Comer-



Alvaro Dias: empresários querem reduzir entraves ao funcionamento das empresas

cial do Paraná, que representa 8 mil associados, e pelo Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Paraná, que representa 2 mil empresas.